

a necessidade de estender essa análise aos restantes grupos da sociedade, bem como de verificar que eco teve o produto dessa “guerra” noutros espaços católicos europeus e que efeito surtiu no clero de então.

Jaime Ricardo Gouveia

Investigador do Instituto Universitário Europeu – Florença. Bolseiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português e da FCT.

jaime.teixeira@eui.eu

CARVALHO, Flávio Rey de - *Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008. 135 p.

A pergunta contida no título desta obra seria, diríamos, ociosa se, na verdade, não houvesse quem continuasse a negar a existência de um iluminismo em Portugal. Mas, para responder a esta questão existe uma outra, prévia, clássica e fundamental: *O que é o Iluminismo?*

A resposta à primeira depende da resposta que for dada à segunda e que exprime um problema antigo e sempre vivo. Se ultrapassarmos e rejeitarmos a ideia de um paradigma iluminista situado na Europa do Norte e pelo qual tudo é medido, ideia que fez nascer a *lenda negra* da estagnação intelectual da Ibero-América e, como sequela em Portugal, a *lenda* da onipotência e modernidade exclusiva dos assim chamados “estrangeirados”, então poderemos afirmar que existe um iluminismo português. No tempo actual, em que o Iluminismo não é mais visto como uma unidade paradigmática ou como um movimento homogéneo, as análises sobre espaços e cronologias específicas tornam-se particularmente produtivas, na medida em que cada vez mais complexas e diferenciadas. Deste modo, a acentuação da variedade cronológica e geográfica oferece-nos a multiplicação de iluminismos plurais.

Mas, para isso, é preciso, por um lado, pôr o acento sobre a importância contínua da circulação que faz mover valores e símbolos e, por outro lado, demonstrar que os valores não vogam em toda a pureza no céu das ideias mas estão intimamente ligados às práticas culturais, sem as quais eles não podem compreender-se. O Iluminismo constituir-se-á, neste caso, como um processo

dual de criação de um espaço discursivo próprio e de consolidação de uma nova esfera pública. Ou, por outras palavras, a dupla hélice das práticas discursivas e das práticas institucionais modela iluminismos originais, como pode ser o caso do iluminismo português ou de muitos outros. Tanto mais que a maior parte dos textos do Iluminismo não foram escritos pelos grandes pensadores (sempre nomeados), mas pelos escritores menores; e as academias, salões, cafés e clubes estavam, também eles, cheios de gente indiferenciada que, no entanto, exercitava novas práticas e participava numa relação social maior: a sociabilidade. Na verdade as práticas, talvez mais do que as teorias, saltavam fronteiras e limites.

O autor da obra em apreço, Flávio Rey de Carvalho, utilizou três fontes principais para a realização da pesquisa: o *Compêndio histórico do Estado da Universidade de Coimbra* (1771), os *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772) e a *Relação geral do estado da Universidade* (1777), de Francisco de Lemos. E, para a formulação e fundamentação da resposta ao título da obra, dividiu o seu trabalho em quatro capítulos: “O primeiro foi dedicado à discussão, com base na produção historiográfica portuguesa, relativa ao suposto impasse existente entre Portugal e a Modernidade europeia. O segundo, baseado no *Compêndio* e nos *Estatutos*, examina a situação do ensino universitário português e a proposta de reforma da Universidade de Coimbra. O terceiro e o quarto dedicam-se, respectivamente, à análise da reforma da Faculdade de Leis e à criação da Faculdade de Filosofia” (p. 19).

O campo de análise, objecto desta obra, é talvez demasiado limitado para se poder responder cabalmente à questão que o próprio autor põe, nomeadamente no que se refere tanto a outras fontes como a outras práticas. No entanto, o livro tem o mérito de fazer abertamente a pergunta e a coragem de lhe tentar dar resposta com uma consciência lúcida dos problemas: “sugere-se adotar a expressão Iluminismo português para denominar o ambiente intelectual luso no início dos anos 1770” (p. 126). É, por conseguinte, um relevante contributo para a historiografia do iluminismo português.

Isabel Ferreira da Mota

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
ifmota@fl.uc.pt